

***Miscellania Cuyabanense*: radicalismo e federalismo na província de Mato Grosso (Brasil) no início da regência (1833-1834)**

Thalles Murilo Vaz Costa

Instituto Federal de Goiás
Anápolis – Goiás – Brasil
thalles_murilo@hotmail.com

Resumo: O artigo pretende trazer contribuições para as investigações sobre o processo de formação do Estado no Brasil a partir do estudo da imprensa oitocentista, particularmente, o texto do folheto mato-grossense intitulado *Miscellania Cuyabanense* (1833-1834). Trata-se de folha impressa do grupo radical que protagonizou uma revolta armada na província de Mato Grosso que matou mais de trinta pessoas, conhecida como “Rusgas”. O objetivo é demonstrar a pluralidade de projetos políticos no Brasil no início do século XIX.

Palavras-chave: Regência. Imprensa. Mato Grosso. *Miscellania Cuyabanense*.

Introdução

A crise instaurada nos reinos ibéricos desde fins do século XVIII e, sobretudo, após as guerras napoleônicas no início do século XIX foi causa necessária, mas não suficiente, do desencadeamento dos processos de independência no outro lado do Atlântico, no espaço conhecido pelos europeus como “Novo Mundo”. Nesta paisagem histórica, a transformação do Brasil em unidade política autônoma em relação a Portugal, desenhada em contornos mais claros a partir da década de 1820, abriu campo para inúmeras disputas internas sobre a organização e a direção dessa nova realidade, um incipiente Estado nacional americano, em processo de construção. A consequência imediata desse novo horizonte de expectativas em solo americano foi a formulação e reformulação de projetos políticos, sociais e econômicos, entre outros, que serviram para mobilizar diversos tipos de agentes sociais em todas as províncias do Brasil, muito semelhante ao que ocorria na América Latina na abertura dos oitocentos.

No caso brasileiro, a incapacidade da monarquia constitucional comandada por Dom Pedro I em conjugar os diferentes interesses enraizados de norte a sul do Brasil foi manifestada em vários momentos após a independência. No primeiro reinado, a debilidade do projeto político gestado na corte carioca era evidente, sendo que a mobilização dos diferentes grupos instalados num território tão vasto e com graves dificuldades de comunicação interna ficou patente com as reações ao texto constitucional de 1824, expressão contundente da perspectiva política do Rio de Janeiro. No norte e no sul, respectivamente, a Confederação do Equador e a guerra da Cisplatina confirmam as resistências regionais ao projeto de monarquia constitucional encaminhado segundo os interesses da corte carioca, que agonizou mais alguns anos de sobrevivência até o início da regência.

Com a abdicação do imperador Dom Pedro I em 7 de abril de 1831 e a instauração da regência, o clima de disputas entre grupos que abraçavam projetos diferentes do carioca se tornou ainda mais intenso e, por diversas vezes, terminaram em movimentos armados nos núcleos urbanos e rurais do vasto território brasileiro, servindo como um dos vários exemplos para justificar a assertiva de Ilmar Mattos (1987, p. 2) de que a Regência inaugurou “anos emocionantes para aqueles que viviam no Império do Brasil”.

Parte relevante da historiografia brasileira contemporânea entende que os anos do período regencial foram, de fato, um verdadeiro e “grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos na história do Brasil” (MOREL, 2003, p. 2). Comparando experiências de independências latino-americanas, o historiador José Murilo de Carvalho (2012, p. 87) argumentou que nesse pequeno espaço de tempo se assistiu no Brasil “ao que tinham sido os 15 anos entre 1810 e 1825 para a colônia espanhola da América, quando nela desaparecera a fonte da soberania tradicionalmente localizada no monarca”.

O argumento do historiador se embasa na constatação de que o processo de independência na América Hispânica nas duas primeiras décadas do século XIX foi assinalado por violentos conflitos provocados pelas contradições sociais, econômicas e políticas herdadas da colonização espanhola, que na maioria das vezes desencadeava a guerra civil. Neste sentido, a experiência histórica brasileira vivida, sobretudo, nas décadas de 1830 e 1840 se assemelha demasiadamente aos confrontos armados assistidos um pouco antes nas terras dos nossos vizinhos sul-americanos.

Toda essa efervescência social e política foi acompanhada pelos periódicos que circulavam em várias províncias do Brasil. Entre os anos de 1830 a 1833, a capital do

Brasil triplicou o número de folhas publicadas, saltando, aproximadamente, de 20 (vinte) para 60 (sessenta) periódicos (MOREL; BARROS, 2003, p. 23). Mesmo com grandes dificuldades, como as distâncias e as comunicações precárias, a imprensa brasileira ganhou força no período e quase todas as regiões começaram a publicar suas folhas, pois, de acordo com Carvalho (2007, p. 19) “a escassez de espaços fazia com que a imprensa assumisse papel primordial, aumentado com a redução da censura a partir da inauguração da Regência”.

Diante desse quadro histórico, este trabalho se propõe a estudar as concepções políticas dos envolvidos nas “Rusgas”, conflitos políticos violentos ocorridos na província do Mato Grosso em 1834, por meio de uma análise dos nove números do *Miscellania Cuyabanense* e traçar as ideias norteadoras que eles defendiam, visando delinear o projeto de Estado e governo que desejavam e lutaram para implantar. Não obstante, o trabalho ainda pretende apresentar a perspectiva de grupos políticos situados fora dos circuitos mais próximos da corte e que desempenharam papel ativo no começo dos oitocentos, contribuindo para demonstrar realidades antes marginalizadas pela historiografia no que se refere ao processo de construção do Brasil.

Em termos metodológicos, o trabalho se apropriou dos pressupostos do “contextualismo linguístico”, particularmente dos escritos de Quentin Skinner (2000, p. 149). Este último expôs seus pressupostos teórico-metodológicos no artigo “Significado y comprensión en la historia de las ideas”, no qual critica as metodologias tradicionais de estudos das ideias, oriundas tanto do que ele chama de “contextualismo”, que afirmava ser o contexto histórico o principal determinante do sentido de um texto, quanto do “formalismo”, que postulava o texto como entidade autônoma em relação ao contexto histórico.

Para resolver os problemas teóricos e metodológicos, como a prisão do significado ao contexto histórico sem espaço para um texto que supere sua época e o total desprendimento do sentido do texto de fatores encontrados na sociedade que o produziu, tornando-o atemporal e mitológico, Skinner propôs que o objeto da história das ideias deve ser as convenções linguísticas (atos linguísticos) compartilhadas entre agentes de certa época. Essa metodologia é conhecida como “contextualismo linguístico”:

Só é possível compreender os significados de um dado texto, ou mesmo de um enunciado ou de uma ideia qualquer, “recuperando” as intenções do autor no

ato da escrita e “reconstruindo” o contexto das convenções linguísticas disponíveis num determinado tempo histórico (SOUZA, 2008, p. 3).

Não obstante, segundo Ricardo Silva (2009), essa abordagem de Skinner funde o historicismo renovado de Collingwood (1993, p. 215), para o qual “toda história é a história do pensamento” e caberia ao historiador recuperar as intenções e significados do autor no ato da escrita de um texto, e a teoria do significado de Wittgenstein, que entende que a palavra também é ação e o significado das ações manifestadas na escrita pode ser parcialmente compreendido pelo historiador. Diante dessa perspectiva, o trabalho pretende mapear os significados das concepções, orientações e ações políticas do grupo que publicou o *Miscellania Cuyabanense* e atuou nas fortes cenas do dia 30 de maio de 1834 na província de Mato Grosso¹.

***Miscellania Cuyabanense* e o movimento radical mato-grossense: o episódio da “Rusga”**

A primeira metade da década de 1830 inaugurou a singular experiência de redigir e publicar um periódico para as províncias de Goiás e Mato Grosso, respectivamente, com a circulação do *A Matutina Meiapontense* (1830-1834) e do *Miscellania Cuyabanense* (1833-1834). O primeiro foi construído em Meia Ponte na Tipografia Oliveira e era propriedade do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, latifundiário, escravista, comerciante e funcionário público que, juntamente com Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, padre originado de importante família na região e redator do periódico durante quase todo o período de circulação da folha meiapontense, encaminharam com muitas dificuldades o *A Matutina*². É necessário ratificar que esses dois indivíduos foram protagonistas nos momentos mais importantes da vida política de Goiás nas três primeiras décadas do século XIX, sendo que o comendador Joaquim Alves de Oliveira era na época o homem mais rico da província e o padre Fleury exerceu o disputado cargo de presidente provincial durante a regência.

¹ Por questão de acessibilidade, optamos por usar como referência os números do *Miscellania Cuyabanense* publicados integralmente, e com algumas adequações ortográficas, na obra de Paulo Pitaluga Silva *Miscellania Cuyabanense: o primeiro jornal de Mato Grosso* (2000).

² Para mais informações sobre o periódico ver: ASSIS, Wilson Rocha. *Os moderados e as representações de Goiás n'A Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2007. PALACIN, Luís. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: editora Cerne, 1987. COSTA, Thalles Murilo Vaz. *Opinião pública e linguagem política no A Matutina Meiapontense*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2013.

O valor da assinatura trimestral da folha meiapontense era de dois mil réis e o periódico poderia ser assinado nas províncias de Mato Grosso (Cuiabá), Minas Gerais (São João Del Rei) e Goiás (Meia Ponte, Cidade de Goiás e Traíras), localidades interligadas por interesses econômicos, políticos e familiares, além da existência de serviços postais regulares mantidos com dificuldades entre as regiões. Sua circulação oscilou entre dois e três números publicados semanalmente. No geral, o texto da folha tinha quatro páginas e estava dividido em duas colunas. Entretanto, este padrão era rompido quando as notícias tinham um impacto maior. Sobre as temáticas das folhas, estas eram extremamente variadas, abrigando textos filosóficos, máximas e pensamentos, documentos oficiais, cartas dos leitores, entre outras.

Apesar da tipografia e do periódico serem goianos, impressiona a quantidade de artigos, comunicados, correspondências, ofícios, atas da Câmara de Cuiabá, entre outros papéis de Mato Grosso que ganharam espaço e publicidade na folha de Meia Ponte. Além disso, o *A Matutina* ainda publicou o *Miscellania Cuyabanense*, primeiro periódico de Cuiabá entre os anos de 1833 e 1834. Segundo, Silva (2000, p. 43):

Tanto a *Miscellania Cuyabanense*, como *A Matutina Meiapontense*, merecem um estudo mais profundo por parte de pesquisadores e historiadores matogrossenses e goianos, vez que as mesmas representam o pioneirismo da imprensa provincial e um repositório estupendo de informações históricas de Mato Grosso no conturbado período inicial da Província de Mato Grosso, que culminou com o famoso episódio da Rusga em 1834.

O *Miscellania Cuiabanense* era uma publicação vinculada ao grupo político denominado de “liberais exaltados” ou “radicais” na província de Mato Grosso. Composto por elementos diversificados social e economicamente, como o rico descendente de portugueses João Poupino Caldas; ou o mestiço que ocupou vários cargos, como o de deputado provincial, Patrício da Silva Manso; ou o rico e influente proprietário José Alves Ribeiro; ou ainda os variados personagens anônimos, como mestiços e pobres denominados pejorativamente pela historiografia tradicional como “soldadesca e povoleó” (MESQUITA, 1934, p. 18). Após a abdicação, esse grupo fundou a Sociedade dos Zelosos da Independência, instituição que encarnava parte do ideário político do mesmo, caracterizado, acima de tudo, por um forte antilusitanismo e também pela defesa do federalismo e da descentralização do poder.

Concomitantemente, havia na província de Mato Grosso um grupo que era denominado de “caramurus”, composto principalmente por portugueses instalados em setores importantes do comércio de abastecimento, agricultura e funcionalismo público

regional. Este grupo se organizava em torno da Sociedade Filantrópica e era constituído por indivíduos defensores de uma ordem política que concentrava na corte o papel de resolver os problemas nacionais, ou seja, era adepto de uma concepção mais centralizadora do poder. De acordo com Ernesto Sena (2006), estes dois grupos antagônicos surgiram após Cuiabá consolidar-se como capital da província de Mato Grosso, posto que era disputado com Vila Bela. Depois de estabelecerem a capital em Cuiabá, mesmo que a decisão oficial tenha sido tomada apenas na regência, essa elite da “baixada cuiabana” se rompeu e os conflitos se intensificaram:

Foi na época da Regência que a elite política de Cuiabá passaria a ser questionada e seria contundentemente fraturada. Se se acentuava por várias partes do Brasil um xenofobismo, que vinha antes da independência, fundamentado na oposição aos portugueses, em Mato Grosso também floresceu um sentimento de hostilidade aos “adotivos” (como eram chamados os portugueses que moravam no Brasil). Nessa disputa, a figura do militar, comerciante e membro do Conselho de Governo Poupino Caldas impõe sua liderança como chefe de uma facção política, se opondo ao antigo grupo do qual antes fazia parte. Aproveitou-se das insatisfações populares e tornou-se um dos cabeças do movimento anti-lusitano e anti-governo provincial (SENA, 2006, p. 42).

Num cenário regional marcado pelos problemas oriundos da escassez de ouro, como as dificuldades de abastecimento comercial, de comunicações inter e intraprovinciais e o conseqüente crescimento da pobreza, a cisão dentro dessa elite colocou em rota de colisão os denominados “exaltados” e os “caramurus” da província de Mato Grosso por diversas vezes. Não obstante, segundo Lima (2012, p. 31):

a luta social e política envolvendo a mobilização das tropas manterá os grupos dominantes da província em permanente sobressalto, sendo a sedição cuiabana de 1834 o principal ponto de inflexão dessa trajetória. A repressão e os desdobramentos do movimento se estenderam pelo menos até 1837 e a este processo os quadros políticos que se destacavam desde a Independência não sobreviveriam politicamente, e em certos casos nem fisicamente.

A radicalização completa desta disputa foi processada em 30 de maio de 1834 em localidades centrais da província de Mato Grosso e terminou com o assassinato de cerca de 47 (quarenta e sete) indivíduos, sendo 44 (quarenta e quatro) portugueses e 3 (três) brasileiros (SENA, 2006, p. 47). Denominado de “Rusgas”, o movimento radical foi liderado por homens influentes de Cuiabá como João Poupino Caldas, José Alves Ribeiro, Antônio Luís Patrício da Silva Manso, Brás Pereira Mendes e Pascoal Domingues de Miranda e contou com a participação ativa de elementos marginais da sociedade, como pobres e mestiços.

A situação de instabilidade na corte e os conflitos políticos e econômicos internos na província configuram o pano de fundo da ação radical que redundou no assassinato de mais de quarenta pessoas, quase todos portugueses. Antes mesmo do estourar do conflito armado mais abrangente, inúmeros episódios de mobilizações de homens e armas redundaram em violência, assassinatos e fomentaram o clima de tensão que se seguiu até anos depois da “Rusga”. A revolta mobilizou interesses de homens ricos e pobres de Mato Grosso, os últimos formados basicamente pelas tropas e homens de cor³.

O acirramento de disputas na província de Mato Grosso no início da regência, principalmente em Cuiabá, Diamantino e Poconé compõe o pano de fundo do mosaico que retratou episódios como estupros de mulheres e jovens, saques em propriedades comerciais e residências e o assassinato sucedido do esquartejamento do corpo das vítimas, sendo que alguns portugueses tiveram partes de seus corpos exibidos publicamente pelos participantes do movimento.

Não obstante, ainda segundo Sena (2006) mesmo após o estourar das Rusgas o ambiente de conflitos não cessou. João Poupino Caldas, que na noite da revolta foi colocado com a força das armas na presidência da província de Mato Grosso e foi um colaborador e mentor da Rusga, iniciou um processo de perseguição a líderes locais que outrora eram seus cúmplices na trama de 30 de maio, enviando mais de dezoito deles presos para Goiás com a ajuda de Antônio Pedro de Alencastro, então presidente da província de Mato Grosso.

No entanto, quando o império nomeou José Antônio Pimenta Bueno para substituir Alencastro, a posição de Poupino entrou em franca decadência, e líderes locais que também tiveram participação na Rusga entraram em franca oposição ao que era a maior liderança entre os caudilhos regionais, caso de José Alves Ribeiro e José Jacinto de Carvalho. O assassinato de João Poupino Caldas, resultado direto dessa reviravolta política, foi descrito com detalhes por Mesquita (1934, p. 27):

Estava-se na primeira quinzena de maio de 1837. No dia 9, terça-feira da semana que precedia as grandes festas do Espírito Santo, de que era imperador nesse anno o capitão-mór Gaudie, seu cunhado, João Poupino Caldas regressava de umas visitas de despedidas, por ter de seguir para a Corte, quando, na esquina da rua Bella com o bécco da Câmara, traíçoeiro agressor o prostra, quasi morto, com um tiro de pistola pelas costas Tombava assim, em lance obscuro, vítima de ignóbil conluio, que se servia de braços mercenários para executar a vingança insidiosa, o bravo e generoso cuyabano que, em mais de uma ocasião, personificara as qualidades viris e os sentimentos destemerosos da raça que representava. Triste desfecho de uma

³ Ver: Sena (2006), Lima (2010) e FANAIA (2012).

vida, que, tendo embora grandes falhas, se norteara, nas suas linhas geraes, no seu rumo ainda que incerto, pelo desejo de bem servir á causa do povo.

As páginas do *Miscellania* refletem com precisão todo o clima de tensão, violência e hostilidades internas na província de Mato Grosso nos primeiros anos da década de 1830. Apesar de não ter revelado a identidade do redator, o *Miscellania Cuyabanense* era indubitavelmente uma folha ligada ao grupo de “liberais exaltados” de Mato Grosso. Ela foi um importante instrumento de luta política regional, uma espécie de folhapaquinha que expressava as principais orientações do grupo político que atuou nas “Rusgas” em 1834. Por seu turno, o conteúdo da folha cuiabana manifesta uma patente preocupação com as questões internas da região, pregando abertamente que a luta armada contra os “caramurus” era a melhor forma de resolver os problemas políticos do Brasil e da província.

Monarquia, república e federalismo no *Miscellania Cuyabanense*: uma análise de conceitos e ideias políticas e filosóficas

A linguagem conceitual do *Miscellania Cuyabanense* é simultaneamente a expressão escrita e a base teórico-filosófica compartilhada pelo grupo de indivíduos daquilo que se convencionou denominar de “liberais radicais”, “liberais exaltados” ou “aperiquitados” instalados na província de Mato Grosso nas primeiras décadas do século XIX, particularmente, entre o fim do primeiro reinado e o início da regência.

Diante dessa prerrogativa metodológica inspirada no contextualismo linguístico de Quentin Skinner (2000), esta seção se destina a rastrear as principais concepções políticas manifestadas na folha de Cuiabá por meio da investigação do vocabulário político-filosófico do texto formulado pelos “liberais radicais” da região. Entretanto, este vocabulário não deve ser tomado como um fim em si mesmo, como se o discurso veiculado na primeira folha impressa de Mato Grosso estivesse desligado de pretensões e disputas pelo poder.

Adversamente, a análise do ideário contido no impresso será combinada com o descortinamento do significado do agir político dos envolvidos com a folha e a Sociedade dos Zelosos da Independência, instituição que encarnava os princípios defendidos nas páginas do *Miscellania Cuyabanense* e que também exerceu protagonismo na situação provincial que culminou com as “Rusgas” em 30 de maio de 1834. Portanto, o trabalho

pretende entrelaçar conceitos, propostas e ações do grupo político liberal da província de Mato Grosso.

Geralmente, na imprensa oitocentista a edição inaugural de uma folha estava destinada a apresentar uma espécie de “matriz político-ideológica” do grupo responsável pela publicação e, também por isso, analisar o primeiro número do *Miscellania* ajuda a compreender com maior nitidez seu heterogêneo discurso. Datado de 1 de fevereiro de 1833, o primeiro número da folha cuiabana trazia informações diversas no seu corpo, justificando com essa diversidade de temas e assuntos o título de miscelânea. Dividido em duas seções intituladas de “Cuyabá” e “Interior”, seu conteúdo trazia, além das notícias regionais, excertos de textos de periódicos e livros de autores europeus, que simultaneamente ajudam a relevar o ideário político da folha, pois serviam como referências para a ordenação simbólica da complexa experiência histórica das agitadas três primeiras décadas do século XIX, tanto interna quanto externamente.

Neste sentido, uma avaliação do universo conceitual e do vocabulário do *Miscellania* pode relevar elementos importantes do pensamento compartilhado pelos indivíduos envolvidos direta ou indiretamente com as “Rusgas”. Destaca-se no primeiro número da folha cuiabana uma reflexão filosófica de clara inspiração liberal que concatenava o conceito de “soberania popular” com o de “federação”. Se inspirando num autor identificado como Bonin, o escrito assevera o seguinte:

1º Que o governo he feito para os governados, e não os governados para o governo: de maneira que o poder que exercem os governantes, e que alguns publicistas chamaõ de fiduciario (ou de confiança) he neste caso semelhante ao que exerce hum tutor com o seo pupilo: ambos tem por objeto a utilidade, ou o bem estar do governado, bem que em diversos sentidos; 2.º Que o povo he senhor de mudar a forma do seo governo, quando julgar, e a experiência lhe tiver provado, que a forma que havia escolhido, não he a que lhe convem (*Miscellania Cuiabanense*, 1 de fevereiro de 1833, número 1. In: SILVA, 2000, p. 54, grifos nossos).

Evidentemente, esse tipo de filosofia política era interpretado com o interesse em justificar o agir político do grupo de liberais exaltados mato-grossenses. O argumento inspirado na filosofia liberal dos séculos XVIII e XIX traz à tona interessante consideração sobre as condições de funcionamento e existência dos governos instituídos em sociedade. Primeiramente, o agir político dos governantes deveria objetivar o “bem estar do governado”, ou seja, atender seus anseios e necessidades, e não os interesses daqueles que estavam munidos do poder investido pelo próprio povo. A segunda consideração evidencia a possibilidade de uma alteração na forma de governo de um

determinado Estado, ou seja, a possibilidade iminente de uma ação popular capaz de alterar o curso de certa circunstância histórica, lembrando os escritos de Jean-Jacques Rousseau no livro *Do Contrato Social*.

Ainda segundo o primeiro número do *Miscellania*, o povo tinha em suas mãos a “soberania”, isto é, o direito de decidir interna e autonomamente questões de interesse público e nacional, inclusive a melhor forma de governo para si. Tais eram as prerrogativas de um “povo soberano”. Sendo assim, continuava “*se hum povo tem preferido ser governado por hum magistrado perpetuo, e mesmo hereditário*”, bem como “*hum magistrado electivo, e temporal*”, ou ainda por “*hum governo representativo a huma Democracia pura*” era direito do povo tanto a escolha quanto a mudança da forma de governo segundo sua inabalável autoridade, pois as decisões tomadas pelo povo eram “*para o seu próprio bem, e para evitar os inconvenientes, que experimentou nas diferentes formas de governo que abandonou; e sem que por isso tenha perdido a liberdade de emendar o erro que tiver cometido em huma ou outra eleição*” (*Miscellania Cuyabanense*, 1 de fevereiro de 1833, número 1. In: SILVA, 2000, p. 54).

A “soberania popular” era apresentada como um princípio político supremo, capaz de legitimar ou deslegitimar qualquer ação, tipo ou forma de governo, sendo ela a responsável por controlar e limitar o poder do governo. Era facultativo àqueles que detinham a “soberania” mudar qualquer questão de utilidade ou interesse público, como uma eleição já realizada ou uma forma de governo escolhida outrora. Essa defesa da “soberania popular” estava em plena sintonia com o ambiente político e social da monarquia brasileira na época da Regência, assinalado por projetos políticos diversificados e em constante disputa, que se divergiam quanto a questões como, por exemplo, maior ou menor autonomia as províncias, menor ou maior capacidade de intervenção do governo central nas regiões, centralização ou descentralização política, administrativa e tributária.

As reformas constitucionais que eram então debatidas na Assembleia Geral (senadores e deputados) no Rio de Janeiro, que contava com representantes de todas as províncias brasileiras, serviram como pano de fundo para alimentar as disputas internas no Mato Grosso a respeito da organização do poder na província. O cenário nacional conflituoso se coadunava com o ambiente sócio-político interno, assolado por forte crise econômica, marcada por problemas como inflação, dificuldades de abastecimento de gêneros alimentícios e aumento da desigualdade, e política, devido aos conflitos intraprovinciais entre os chamados liberais radicais ou “aperiquitados” e os

conservadores ou “pés de chumbo”. Nas palavras de Mesquita (1934, p. 17) o contexto anterior às “Rusgas” foi marcado pela:

indisciplina franca das tropas, a penúria representada ao vivo na redução virtual de 40% do valor das cédulas da Junta de Fazenda, o mal estar causado pelas luctas políticas de Cuyabá e Villa Bella, a actuação anarchica dos “periquitos”, sediciosos do Norte tangidos para Matto Grosso, onde se constituíram elemento de subversão e outras concausas que não vem a pello mencionar.

Todas as províncias brasileiras, inclusive as mais distantes do Rio de Janeiro como Goiás e Mato Grosso, participaram ativamente desses debates que antecederam as reformas fixadas no ato adicional de 1834, seja por meio da imprensa ou pela ação direta de seus representantes nas instituições centrais e provinciais do poder monárquico. Por conseguinte, endossar o papel da “soberania popular” neste cenário instável significava posicionar-se neste contexto de modelagem política, assegurando ao “povo soberano” o poder de mudar a estrutura de poder da monarquia por outra mais conveniente. Como sugeriu Mesquita (1934), a ação de rua foi uma característica do grupo liberal radical de Mato Grosso, mobilizando na maioria das vezes os soldados de patentes mais baixas, sendo a “Rusga” seu maior exemplo.

Além da simpatia com a ação popular, na primeira edição o redator do *Miscellania* deixou transparecer sua identidade com o sistema federalista, ao afirmar que:

[...] claro está que a nação quando julgar que no Brasil deve existir huma Republica, pode fazer sem que cometa acto algum criminoso, porque emfim, o mundo todo já esta sciente que essa raça de coroados, só se sustentaõ-se com o sangue do povo; e pensaõ que o gênero humano he hum rebalho de ovelhas para ser repartido entre elles; mas, ainda nosso paiz acha-se assas atrasado em civilisação, e assim não fosse, não appareceriaão imensos contrários a *Federação, única ancora que nos poria no abrigo das sujestoens dos aristocratas* (*Miscellania Cuyabanense*, 1 de fevereiro de 1833, n. 1. In: SILVA, 2000, p. 54, grifos nossos).

Ao longo de todas as edições do *Miscellania* fica muito evidente a defesa que a folha mato-grossense faz do federalismo como princípio de organização político-administrativa do Estado brasileiro. Essa simpatia com o federalismo levou Silva (2000, p. 29) a afirmar apressadamente que o folheto mato-grossense era “contra a Monarquia” e “já pregava a República” no início dos oitocentos.

Esse discurso supostamente anti-monarquista e essencialmente republicano do *Miscellania* não pode ser aceito de forma tão apressada e sem a averiguação das condições históricas de sua produção, pois os jogos de conceitos e a imprecisão terminológica eram recorrentes na imprensa da época, servindo até mesmo como um instrumento de

manobra nas mãos dos redatores contra os instrumentos de censura oficiais e não oficiais então praticados. Segundo Ronaldo Vainfas (2008, p. 631), “[...] o que mais sobressaiu nas ideias de república veiculadas nesse contexto [da regência] foi, sem dúvida, sua associação quase literal com o federalismo e a autonomia regional”.

Diversas considerações do redator do *Miscellania* são elogiosas à monarquia constitucional, dificultando por si a classificação do texto como antimonárquico. Por exemplo, no quarto número se lê o seguinte:

Não nos admiramos que esses frenéticos [caramurus] digam sem pejo, que os moderados *querem destronar ao sr. Dom Pedro II e que querem uma Republica, e que ao fim, somos inimigos do Governo Monárquico; não nos admiramo-nos, tornamos a repetir, porque é próprio de escravos e bandalhos servos do poder mentir e caluniar* (*Miscellania Cuyabanense*, 1 de julho de 1833, n. 4, grifos nossos. In: SILVA, 2000, p. 72, grifos nossos).

A monarquia constitucional e a regência que governava em nome de D. Pedro II estavam no centro do debate impresso. O redator do *Miscellania* se desfaz das acusações de antimonarquista que eram dirigidas pelos grupos de oposição identificados como caramurus, o que sugere no mínimo que a monarquia constitucional brasileira não era completamente rejeitada pelos liberais radicais de Mato Grosso. No entanto, é patente a identidade deste mesmo grupo com o sistema republicano de governo, como pode ser constatado em diversas passagens da folha de Cuiabá:

Se o Brasil por ora não tem aquela instrução, aquela rigidez de costumes, e aquele civismo para ser já um Governo Republicano, *demos tempo ao tempo, procuremos instruir aos nossos concidadãos, que dia virá em que ele seguirá o exemplo da América* (*Miscellania Cuyabanense*, 7 de setembro de 1833, n. 6, grifos nossos. In: SILVA, 2000, p. 87, grifos nossos).

Seguir o exemplo da América significava implicitamente a mudança da forma de governo do Brasil, consagrando a transição da monarquia para a república como uma possível e eventual emanção da “soberania popular”. Entretanto, o problema da falta de educação era apontado como uma séria dificuldade para que essa adequação política ao cenário americano ocorresse, pois o Brasil era uma monarquia no meio de muitas repúblicas. A folha argumentava que somente a educação poderia construir solidamente as “virtudes cívicas” na população e nos governantes e a partir daí a mudança política se concretizar. Tais virtudes consistiam na superação dos interesses particulares e no agir político visando o “bem comum”. Seriam essas virtudes cívicas as promotoras do espírito de união nacional, capaz de afugentar o espírito faccioso que dividia a sociedade mato-grossense em grupos antagônicos.

No discurso do *Miscellania Cuyabanense* a república era entendida como uma forma de governo capaz de afastar os males da excessiva centralização política da forma monárquica, configurando-se numa boa alternativa contra aquilo que os liberais radicais mato-grossenses chamavam de “despotismo” ou “absolutismo” do governo. Nas palavras do redator: “há por desgraça muitos desses pseudo-americanos, que antes querem estar debaixo do mais ignominioso e abjeto despotismo que ouvir falar em Republica” (*Miscellania Cuyabanense*, 1 de julho de 1833, n. 6. In: SILVA, 2000, p. 71), sendo que esta última era entendida como uma antítese do “despotismo”.

Em síntese, as dubiedades no tratamento conferido a forma monárquica e a republicana de governo se explicam pelo fato de que o grupo político que sustentou a publicação do *Miscellania Cuyabanense* era defensor do sistema federalista, seja empregado numa república ou monarquia. O discurso político e filosófico da folha se empenhava em defender a organização do Estado a partir dos arranjos políticos regionais, sendo a descentralização do poder e autonomia dos interesses locais a chave de sustentação da unidade política do Estado brasileiro. Ao assegurar para as províncias suas “liberdades” e “autonomias”, o sistema federalista representava a alternativa mais viável para o controle das tensões políticas e sociais do período mais agitado da construção da unidade política nacional no Brasil.

Considerações finais

O *Miscellania Cuyabansense* era um manifesto defensor da concepção de que a unidade territorial e política do Brasil seriam consolidadas mediante o reconhecimento por parte da autoridade central dos direitos que as províncias tinham de se autogovernarem por meio de instituições políticas e administrativas regionais, semelhante ao elogiado sistema norte-americano, com mínima possibilidade de intervenção de forças externas na província de Mato Grosso. Em resumo, no discurso da folha descentralização significava unidade e centralização significava separação. No sétimo número, o redator assim escreveu sobre o assunto:

[...] se a nossa desgraça for tal que não possamos manter no trono um nosso patrício, adeus monarquia no Brasil, está muito a vista o exemplo dos nossos vizinhos; e conquanto sejamos entusiastas pelo Governo Representativo puro, todavia, como o Brasil ainda não esteja e nem tenha aquela educação e instrução que um semelhante Governo pede, sempre seremos defensores do

Governo Monarquico Constitucional do Senhor Dom Pedro II, mas, a ser-nos arrancado o nosso jovem do trono, para nele se por o Portugues Pedro, *então mil republicas, porque nesse caso, morreremos com as armas na mão, defendendo a nossa liberdade e não ficarmos quase cordeiros para sermos degolados e roubados pelo déspota e seus satélites* (*Miscellania Cuyabanense*, 4 de novembro de 1833, n. 7. In: SILVA, 2000, p. 94, grifos nossos).

As notícias sobre um eventual e difícil retorno de D. Pedro I ao Brasil após a abdicação estava no horizonte de expectativas da época. O retorno do centralismo político e dos privilégios aos “brasileiros adotivos” do Primeiro Reinado era rechaçado peremptoriamente pela folha mato-grossense, sendo preferível a fragmentação política do país em “mil repúblicas” do que a volta do “absolutismo”. É interessante notar que a república, denominada de “sistema representativo puro”, configura-se como a antítese do autoritarismo do centro contra a província e, de modo complementar, como o bastião da liberdade e da autonomia local frente ao poder central, elementos indissociáveis do discurso do federalismo.

E é justamente o federalismo a pedra de sustentação do Estado brasileiro, fosse como monarquia constitucional ou como república. Nas palavras do próprio redator, o federalismo era a “âncora” na luta contra os elementos que representavam a “tirania” do Rio de Janeiro. Se a folha radical nutria forte tendência republicana, era justamente pelo fato da forma republicana se estruturar em torno do federalismo, semelhante ao elogiado exemplo dos norte-americanos. Por isso, o redator não se opunha completamente ao sistema monárquico constitucional, até se colocando em algumas passagens como seu defensor. Os liberais mato-grossenses acreditavam que a monarquia do “patrício” e “americano” Dom Pedro II respeitaria as liberdades das províncias, crença que não era estendida a uma eventual monarquia governada pelo “português” Dom Pedro I. Neste sentido, não eram contrários a monarquia, mas apenas ao exemplo de monarquia centralizada vivenciado no Primeiro Reinado.

Analisando o caso dos liberais da província de São Paulo, cujo expoente máximo era Diogo Antônio Feijó⁴, Miriam Dolhnikoff (2005, p. 41) afirmou que na perspectiva das elites paulistas no período regencial:

A diversidade entre as províncias exigia demandas distintas, e a monarquia federativa seria capaz de acomodá-las, ao mesmo tempo que serviria aos interesses comuns, como a preservação da ordem excludente. Mesmo que isto significasse a impossibilidade de atender a todas as demandas de cada uma das elites provinciais. Como não desejavam uma reforma profunda na sociedade,

⁴ O periódico assim se referiu ao que seria o primeiro regente uno do país: “O Brasil atesta fatos recentes em os Feijós, e outros atletas da liberdade que não são vítimas da mordacidade e calúnias desses fariseus políticos e abomináveis patricidas”. *Miscellania Cuyabanense*, 1 de abril de 1833, n. 3. SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Miscellania Cuyabanense*: o primeiro jornal do Mato Grosso. Cuiabá: editora Buriti, 2000, p. 68.

e como consideravam prioritária a autonomia e a participação política, concentraram-se na defesa da federação.

Semelhante aos paulistas, os liberais radicais da província de Mato Grosso enxergavam no federalismo uma solução aos vários empecilhos encontrados na construção de uma unidade política nacional na recente ex-colônia portuguesa na América. Nesta perspectiva, seria a monarquia federativa a base da organização política e administrativa nacional até que a sociedade brasileira estivesse apta ao sistema republicano, como uma etapa passageira e provisória ao “sistema de representação pura”, representado como o estágio de maturidade da vida política nacional. Se a república era o fim desejado, a monarquia federativa era o intermediário necessário para criar as condições de estruturação da primeira e a concretização da “vocação americana” do Brasil. Todavia, era o federalismo a ponte que ligava as duas formas de governo, forjando a conexão evolutiva entre monarquia constitucional e república.

Diante dessas evidências, o trabalho pretendeu ter contribuído para o desnudamento de percepções políticas sobre o Brasil situadas fora dos circuitos mais próximos da corte carioca e, simultaneamente, criticar as interpretações mais tradicionais que advogam que a constru o do Estado no Brasil se processou por meio de uma imposi o de grupos políticos e econ micos situados no Rio de Janeiro sobre outros grupos instalados nas províncias do império (CARVALHO, 2010), ou seja, que a constru o do Estado foi conduzida do centro para a periferia e que essas últimas foram mais pacientes do que agentes neste mesmo processo.

O discurso autonomista manifestado na adesão ao federalismo no *Miscellania* e o radicalismo no agir político expressado no movimento armado de 30 de maio de 1834 são fortes argumentos que corroboram a perspectiva historiográfica adotada neste texto e que aponta para a multiplicidade de projetos políticos existentes no Brasil ao longo da primeira metade do século XIX.

MISCELLANIA CUYABANENSE (1833-1834): RADICALISM AND FEDERALISM IN MATO GROSSO PROVINCE IN THE EARLY BRAZILIAN REGENCY

Abstract: The article aims to contribute to the investigation about the state formation process in Brazil from the study of nineteenth-century press, particularly the text of Mato Grosso newspaper titled *Miscellania Cuyabanense* (1833-1834), printing radical group who starred in an armed revolt in Mato Grosso province that killed more than thirty people, known as "Rusgas". The aim is to demonstrate the plurality of political projects in Brazil in the early nineteenth century.

Keywords: Regency. Newspaper. Mato Grosso. *Miscellania Cuyabansense*.

Referências

ASSIS, Wilson Rocha. *Os moderados e as representações de Goiás n'A Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2007

BOSI, Alfredo. *A escravidão entre dois liberalismos*. Revista Estudos Avançados, p. 4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n3/v2n3a02.pdf>.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. "As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate". In: _____ (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

COSTA, Thalles Murilo Vaz. *Opinião pública e linguagem política no A Matutina Meiapontense*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2013

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

FANAIA, Maria de Lourdes. *O silêncio sobre a Rusga nos livros didáticos de história*. Cuiabá, Revista Territórios e Fronteiras, vol. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/165>.

LIMA, André N. Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20062011-143559/es.php>.

_____. Mato-Grosso e a geopolítica da independência. Cuiabá, Revista Territórios e Fronteiras, vol. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/163>.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MESQUITA, José Barnabé. *João Poupino Caldas: contribuição para o estudo das Rusgas*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso e da Academia mato-grossense de Letras, 1934.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2003, p. 23. Dados retirados de um gráfico apresentado pelos autores.

_____. *O período das Regências (1830-1840)*. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Entre o local e o provincial: os Conselhos Gerais de Província e as Câmaras Municipais, São Paulo e Minas Gerais (1828-1834), Guarulhos, Revista Almanack, abril de 2015, p.94. Disponível em: <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/viewFile/1127/pdf>. Acesso em 23-02-2016

PALACIN, Luís. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: editora Cerne, 1987

_____; MORAES, Maria Augusta de Santana. *História de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

SENA, Ernesto Cerveira. *Entre anarquizadores e pessoas de costume – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso*. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Pós-Graduação em História, Instituto de Humanidades, 2006, p. 42-53. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7827/1/2006_ErnestoCerveiraSena.pdf.

_____; PERARO, Maria Adenir. *Rusga – uma rebelião no sertão Mato Grosso no Período Regencial (1831-1840)*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2015.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Miscellanea Cuyabanense: o primeiro Jornal de Mato Grosso*. Cuiabá: editora Burity, 2000.

SILVA, Ricardo. *História intelectual e teoria política*. Curitiba, Revista de Sociologia e Política, v. 17, n. 34, p. 301-318, Out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a20v17n34>

SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. Prismas, n. 4, ano 2000, p. 149-191.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “Autor, Texto e Contexto: a história intelectual e o contextualismo linguístico na perspectiva de Quentin Skinner”. Fênix, Uberlândia, vol. 5, n° 4, p. 1-19, out-nov-dez, ano 2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_16_VANDERLEI_SEBASTIAO_DE_SOUZA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf.

SOARES, Maria do Socorro Castro. *O Governo Provisório De Mato Grosso e a Questão da Anexação da Província de Chiquitos ao Império Brasileiro (1821- 1825)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro. Editora Objetiva, 2008, verbete: republicanismo.

SOBRE O AUTOR

Thalles Murilo Vaz Costa é doutorando em história pela Universidade Federal de Goiás (UFG); docente no Instituto Federal de Goiás (IFG), Campus de Anápolis.

Recebido em 02/05/2016

Aceito em 02/06/2016